



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA Nº 22, DE 10 DE ABRIL DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, no edifício do Conselho Nacional de Educação (CNE), com sede na Avenida L2 Sul, Quadra 607, em Brasília, e, virtualmente, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Superior (CES). Com a participação dos Conselheiros Otávio Luiz Rodrigues Jr. (Presidente da Câmara), Luciane Bisognin Ceretta (Vice-Presidente da Câmara), André Guilherme Lemos Jorge, Celso Niskier, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Henrique Sartori de Almeida Prado, Marcus Vinicius David, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado e Paulo Fossatti, registrada a ausência dos Conselheiros Ludhmila Abrahão Hajjar e Maria Paula Dallari Bucci, foi declarada aberta a Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Superior (CES). O Presidente da Câmara de Educação Superior (CES), Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Jr., deu as boas-vindas aos Conselheiros presentes e aos convidados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), manifestando sua satisfação com a presença de todos e ressaltando a importância da participação das instituições representadas nas discussões sobre o Ensino Superior. Na sequência, a Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Lucia Maria Teixeira, destacou que o sindicato é atualmente o maior conglomerado de instituições do Ensino Superior da América Latina, representando mais de três milhões de estudantes, e colocou à disposição do Conselho Nacional de Educação (CNE) os esforços da entidade para contribuir com os trabalhos voltados à melhoria do Ensino Superior no país. Trouxe a publicação do “Mapa do Ensino Superior no Brasil”, contendo dados sobre o cenário do Ensino Superior nacional. Enfatizou a importância do financiamento estudantil como instrumento fundamental para o acesso e a permanência dos estudantes, ressaltando os baixos índices de evasão entre os alunos beneficiados por esse mecanismo, inferiores inclusive aos registrados nas universidades públicas. Informou que o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp) congrega duas mil quinhentas e cinquenta instituições, sendo oitenta e oito por cento pertencentes ao setor privado e doze por cento ao setor público, em contraste com o Ensino Básico, que possui maior número de instituições públicas. Destacou ainda, o panorama do ensino presencial e a distância (EaD), apontando um aumento no número de ingressantes no ensino presencial em relação aos anos anteriores, apesar de, nos últimos dez anos, o ensino presencial ter sofrido uma queda de vinte e nove por cento, enquanto o Ensino a Distância (EaD) registrou um crescimento de trezentos e vinte e seis por cento. Mencionou que o “Mapa do Ensino Superior no Brasil” evidencia diferenças regionais quanto ao número de instituições e apontou o crescimento da participação de pessoas com mais de sessenta anos, tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância (EaD). Observou que um grupo reduzido de instituições concentra o maior número de estudantes. Por fim, resumiu que apresentou alguns dados relevantes sobre o panorama das



**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

ATA Nº 22, DE 10 DE ABRIL DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

instituições de Ensino Superior no país. Na sequência, o Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Rodrigo Capelato, deu início à apresentação do “Mapa do Ensino Superior no Brasil”, destacando a importância de se analisar os dados de forma regionalizada, considerando a amplitude e diversidade do país. Ressaltou que as regiões Sudeste e Sul concentram o maior número de instituições de Ensino Superior, em contraste com as regiões Norte e Nordeste, cada uma apresentando características e desafios específicos. Apresentou um quadro com a evolução das matrículas no Ensino Superior entre os anos de mil novecentos e oitenta e dois mil e vinte e três, destacando que, entre os anos de mil novecentos e oitenta e mil novecentos e noventa e cinco, houve um crescimento linear tanto das instituições privadas quanto públicas. Destacou que a partir do ano de mil novecentos e noventa e seis observou-se um aumento mais expressivo da rede privada em relação à rede pública, fato que atribuiu à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e à implementação de políticas públicas de acesso ao Ensino Superior. No período entre os anos de dois mil e quinze e dois mil e vinte e três, houve uma queda nas matrículas do ensino presencial e um crescimento contínuo da modalidade de ensino a distância (EaD), sendo que os jovens se concentram majoritariamente no ensino presencial, enquanto as pessoas com mais de trinta anos optam com maior frequência pelo ensino a distância (EaD). Ressaltou que recentemente tem sido registrada uma retomada no crescimento da modalidade presencial, ainda que o ensino a distância (EaD) continue apresentando crescimento, porém em ritmo mais moderado. Apresentou a taxa de escolarização líquida de matrículas da população de dezoito a vinte e quatro anos no Ensino Superior por estado, destacando a disparidade entre as unidades federativas, como o percentual de trinta e quatro por cento registrado no Distrito Federal, frente aos onze vírgula seis por cento observados no estado do Maranhão. Quanto à taxa de escolarização bruta, que não considera exclusivamente a faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos, ressaltou um aumento significativo nos últimos anos, com um salto de trinta e cinco vírgula dois por cento no ano de dois mil e dezoito para quarenta e cinco por cento no ano de dois mil e vinte e três. Apresentou o dado do último Censo, indicando que, dos estudantes que concluíram o Ensino Médio ao final do ano de dois mil e vinte e dois, apenas vinte e dois por cento ingressaram no Ensino Superior no ano de dois mil e vinte e três. Em seguida, foi exposta a diferença nas matrículas no Ensino Superior entre as unidades da federação, evidenciando o Estado de São Paulo como o que possui o maior número de matrículas, em contraste com o Estado de Roraima, que registrou o menor quantitativo, demonstrando, assim, a expressiva desigualdade regional nesse aspecto. Apresentou dados relativos aos ingressantes no Ensino Superior privado, destacando que, no ano de dois mil e quatorze, vinte e um por cento ingressaram por meio de políticas públicas de financiamento reembolsável, percentual que caiu para apenas dois por cento no ano de dois mil e vinte e três. Por outro lado, os financiamentos não reembolsáveis mantiveram uma linha de



**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

ATA Nº 22, DE 10 DE ABRIL DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

estabilidade no período entre os anos de dois mil e dezessete e dois mil e vinte e três. Abordou os índices de evasão dos estudantes ingressantes no ano de dois mil e dezenove, dos quais cinquenta e oito vírgula quatro por cento desistiram do curso, vinte e cinco vírgula nove por cento o concluíram e quinze vírgula oito por cento ainda permanecem matriculados, sendo observada a maior taxa de evasão entre os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD). Registrhou-se que a maior taxa de evasão ocorre nas universidades públicas, atingindo quarenta e um por cento, além de apresentar uma taxa de conclusão inferior à verificada no Ensino Superior privado. Na ocasião, o Presidente da Câmara de Educação Superior (CES), Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Jr., observou que um dos fatores que contribuem para a elevada evasão no Ensino Superior público seria a inadequação entre as matérias e disciplinas ofertadas e as exigências do mercado de trabalho, realidade que se apresenta em menor escala nas instituições privadas. Em razão disso, destacou a importância de o Conselho Nacional de Educação (CNE) se debruçar sobre a temática. Em seguida, o Conselheiro Mauro Luiz Rabelo ponderou que, em muitos casos, os alunos migram de curso ou de instituição, motivo pelo qual entende ser necessário analisar os dados com maior profundidade e detalhamento. Na sequência, o Diretor Executivo da Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Senhor Rodrigo Capelato, retomou a palavra e destacou que, no Brasil, os cursos mais buscados nos turnos diurno e noturno são, majoritariamente, Direito, Psicologia e os cursos da área da saúde, quando ofertados na modalidade presencial, enquanto Pedagogia e Administração se destacam como os mais procurados na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Apresentou, ainda, dados por unidade da federação, evidenciando que o curso de Direito é o mais procurado na modalidade presencial, ao passo que o curso de Pedagogia lidera as buscas na modalidade de ensino a distância (EaD). Por fim, apresentou dados de taxa de permanência e evasão por cursos e por perfil de alunos. Em seguida, o Presidente da Câmara de Educação Superior (CES), Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Jr., agradeceu a presença dos convidados e ressaltou a relevância de se estabelecer uma maior frequência de encontros com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), com o objetivo de discutir os dados referentes ao Ensino Superior no país, de modo a subsidiar e orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE). Por fim, o Conselheiro Paulo Fossatti destacou a importância de convocar outras instituições e especialistas para o debate das causas de evasão no Ensino Superior no Brasil. Sem outras manifestações, às onze horas, a Sessão foi encerrada e para constar, eu, Twan Johnson Ferreira Brito, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Conselheiro presidente da sessão, Otávio Luiz Rodrigues Jr.. Brasília, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.